



ESCOLA DE
HUMANIDADES

VERITAS (PORTO ALEGRE)

Revista de Filosofia da PUCRS

Veritas, Porto Alegre, v. 67, n. 1, p. 1-15, jan.-dez. 2022

e-ISSN: 1984-6746 | ISSN-L: 0042-3955

<http://dx.doi.org/10.15448/1984-6746.2022.1.40490>

SEÇÃO: EPISTEMOLOGIA & FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Interpretação de atos de fala: metáforas e o papel da abdução

Interpretation of speech acts: metaphors and the role of abduction

Interpretación de los actos de discurso: metáforas y el papel de la abducción

Bernardo Alonso¹

orcid.org/0000-0003-3595-4907

bernardo.alonso@ufmt.br

José Carlos Camillo²

orcid.org/0000-0002-4110-3386

josecarloscamillo@gmail.com

Recebido em: 23 abr. 2021.

Aprovado em: 8 out. 2021.

Publicado em: 30 jun. 2022.

Resumo: Neste artigo apresentamos de forma breve uma teoria searliana de interpretação dos atos de fala. Mostramos através do exemplo das metáforas que, conforme proposta por Searle, a interpretação de atos de fala consistiria em reconhecer a intenção do falante. Esse processo se daria por meio do uso de regras convencionais da linguagem tanto pelo falante quanto pelo ouvinte. Contudo, as metáforas são um exemplo de que essa proposta de interpretação não é suficiente para descrever o processo pelo qual os agentes interpretam atos de fala. Argumentamos que se deve acrescentar a esse processo a noção de regras estratégicas. Seguindo Peirce, duas regras estratégicas são oferecidas: o princípio da coerência e o princípio da economia. Parece também satisfatório acrescentar o princípio da não-contradição. Embora estudos empíricos não sejam definitivos sobre o tema da interpretação, em especial sobre metáforas, os resultados apontam para a aplicação de regras estratégicas na interpretação. Finalmente, é sugerido que se Searle está certo ao dizer que interpretação é o reconhecimento da intenção do falante, então a interpretação depende do uso de regras convencionais e do uso de regras estratégicas.

Palavras-chave: Interpretação. Atos de fala. Intencionalidade. Abdução. Metáforas.

Abstract: In this article, we briefly present a Searlian theory of speech act interpretation. We show through the example of metaphors that, as proposed by Searle, the interpretation of speech acts would consist in recognizing the speaker's intention. This process would take place through the use of conventional language rules both by the speaker and the listener. However, metaphors are an example that this proposed interpretation is not sufficient to describe the process by which agents interpret speech acts. We argue that the notion of strategic rules must be added to this process. Following Peirce, two strategic rules are offered: the principle of coherence and the principle of economy. It also seems satisfactory to add the principle of non-contradiction. Although empirical studies are not definitive on the theme of interpretation, especially on metaphors, the results point to the application of strategic rules in interpretation. Finally, it is suggested that if Searle is right that interpretation is recognition of the speaker's intent, then interpretation depends on the use of conventional rules and the use of strategic rules.

Keywords: Interpretation. Speech acts. Intentionality. Abduction. Metaphors.

Resumen: En este artículo, presentamos brevemente una teoría de Searle de la interpretación de los actos de habla. Mostramos a través del ejemplo de las metáforas que, como propone Searle, la interpretación de los actos de habla consistiría en reconocer la intención del hablante. Este proceso se llevaría a cabo mediante el uso de reglas del lenguaje convencional tanto por parte del hablante como del oyente. Sin embargo, las metáforas son un ejemplo de que esta interpretación propuesta no es suficiente para describir el proceso por el cual los agentes interpretan los actos de habla. Sostenemos que a este proceso se le debe agregar la noción



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, MT, Brasil.

² Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil.

de regras estratégicas. Siguiendo a Peirce, se ofrecen dos reglas estratégicas: el principio de coherencia y el principio de economía. También parece satisfactorio agregar el principio de no contradicción. Aunque los estudios empíricos no son definitivos en el tema de la interpretación, especialmente en las metáforas, los resultados apuntan a la aplicación de reglas estratégicas en la interpretación. Finalmente, se sugiere que si Searle tiene razón en que la interpretación es el reconocimiento de la intención del hablante, entonces la interpretación depende del uso de reglas convencionales y del uso de reglas estratégicas.

Palabras clave: Interpretación. Actos de habla. Intencionalidad. Abducción. Metáforas.

Interpretação dos atos de fala: regras constitutivas e intencionalidade

Searle (1969) entende a linguagem como um comportamento intencional que é possibilitado e realizado de acordo com regras. Por isso, ele propõe estudar a filosofia da linguagem através do que ele chama de "Atos de Fala" e a realização desses atos depende de convenções ou regras convencionais. As regras pelas quais os atos de fala são realizados, segundo o autor, são regras constitutivas. Existe uma diferença entre regras regulativas e regras constitutivas. As regulativas arregimentam ações que existem independente das regras. Um exemplo são as regras de etiqueta ao jantar. Haver o ato de comer independe de regras de etiqueta para existir, ou seja, as regras de etiqueta ao comer não geram o ato de comer, mas apenas o governam.

Por outro lado, as constitutivas são aquelas sem as quais a ação não existiria. Por exemplo, a ação de cometer um pênalti. Derrubar uma pessoa ao lhe dar um pontapé na canela é uma ação que independe de regra, mas não é um pênalti. Um pênalti só pode ser realizado por causa da invenção de um sistema de regras que definem o que é um pênalti.

Em linguagem um pouco mais formal, as regras regulativas têm a seguinte estrutura: "faça X" ou "se Y, faça X". Por outro lado, as regras constitutivas normalmente seguem uma outra estrutura: "X conta como Y" ou "X conta como Y no contexto C". Tomemos o exemplo da promessa. Quando um sujeito diz: "Eu prometo que vou te pagar mês que vem", as regras convencionais da linguagem indicam que a expressão "eu prometo

que" seguida de uma afirmação, normalmente com verbo tensionado para o futuro, constitui um ato de fala em que o sujeito falante garante que fará ao ouvinte o que vem depois da expressão entre aspas no tempo determinado. Neste caso específico, o sujeito está garantindo que pagará alguma dívida ao ouvinte no mês seguinte. Em outras palavras, o ato de fala (X) do sujeito conta como uma garantia de ação futura (Y) num determinado contexto C.

Assim, se Searle estiver certo, algumas considerações já podem ser observadas acerca dos atos de fala: a) o significado de atos de fala depende da realização convencional de uma série de conjuntos de regras constitutivas subjacentes, ou seja, significado é questão de convenção; e b) não é necessário explicar por que determinado tipo de ato de fala tem determinado objetivo, já que não existiria não fosse esse objetivo. Retomemos o exemplo da promessa. Perguntar por que o ato de prometer implica ao falante que ele se comprometa a fazer uma ação que ele enunciou que faria não faz sentido. Não faz sentido porque é justamente "o sujeito se comprometer a fazer tal ação enunciada por si mesmo" que conta como "prometer", e é justamente essa regra que proporciona a existência de um ato que possa ser denominado "promessa".

Como a linguagem parece funcionar dessa forma, podemos considerar que ela é expressa através de atos de fala. Esses atos de fala são realizados em função do significado da frase, por isso é possível para todo ato de fala ser expresso por uma sentença (SEARLE, 1969, p. 18). Em outras palavras, a estrutura organizadora de um enunciado é o significado. O significado poderia ser expresso por meio de uma única sentença que determinaria a frase enunciada, ou seja, por meio de uma proposição. Tal possibilidade se dá pelo que Searle chama de *Princípio de Expressabilidade*. De acordo com esse princípio, tudo o que se pretende dizer (*meant*) pode ser expresso por meio de atos de fala. Isso não implica na imediata realização dessa potência caso fosse exigido, mas na possibilidade de sua realização caso as circunstâncias permitam.

Um bom exemplo é o caso de Carmita Wood (MAITRA, 2010), que sofria assédio de um colega em cargo superior e não conhecia a palavra assédio, porém sabia que estava passando por algo errado e inconveniente. Ela sai do trabalho e pede o benefício desemprego em decorrência da situação de embaraço através da qual saiu do emprego. Contudo, o pedido é recusado porque, por não conhecer o termo "assédio", só conseguiu dizer que estava recebendo uma paquera no trabalho. Alguns anos depois, com o crescimento do feminismo, o termo "assédio" se tornou mais utilizado e hoje se entende que o que Carmita passou foi uma situação de assédio. Assim, a circunstância inicial da mulher não possibilitava que ela expressasse o que queria dizer, mas a partir do momento no qual a situação linguística lhe deu essa possibilidade, foi capaz de expressar o que ela queria dizer. Ou seja, o que era pretendido dizer foi possível de ser expresso.³ As circunstâncias podem impedir ocasionalmente essa expressão, contudo não a impedem definitivamente.

Voltando ao assunto do significado, nota-se o quanto ele é central na filosofia da linguagem de Searle. A enunciação de um ato de fala se dá em função do significado, e o conteúdo de um ato de fala pode ser expresso através de uma sentença/frase que equivaleria ao significado dessa enunciação. Duas características do significado já estão evidentes: a) ele é a função em torno da qual toda linguagem se dá; e b) ele pode ser expresso por meio de uma frase. A seguir vamos analisar isso com mais detalhes.

Partindo da proposta de Paul Grice, Searle desenvolve seu próprio pensamento acerca da noção de significado. A teoria de Grice é o ponto de partida de Searle, porque este concorda com dois pressupostos dessa teoria. O primeiro pressuposto é que significado/sentido e intencionalidade estão intimamente conectados. O segundo pressuposto é que significado está

inserido em um contexto cuja função é comunicativa: quando alguém pretende dizer algo, ele pretende que seu ouvinte entenda o que foi dito com base em regras da convenção linguística da qual estão fazendo uso.

Searle (1969, p. 49-50) estabelece, então, em linguagem mais formal como a expressão literal⁴ do significado funciona:

- S* enuncia a frase *F* e, de fato, quer dizer *F* (a enuncia de modo literal), se e somente se
- S* enuncia *F* e
- (a) *S* intenciona (*i*-*I*) que a enunciação *E* de *F* produza no ouvinte *O* o conhecimento que os estados de coisas especificadas pelas regras de *F* obtêm (Efeito Illocucionário, *EI*).
- (b) *S* intenciona que *E* produza *EI* pelo reconhecimento de *i*-*I*.
- (c) *S* intenciona que *i*-*I* seja reconhecida em virtude do conhecimento de *O* das regras que regem *F*.

Em outras palavras, quando João (*S*) grita (*E*) "o gato morreu" (*F*) para sua mãe (*O*) e realmente quer dizer que o gato morreu, João intenciona (*i*-*I*) que seu grito de que o gato morreu produza em sua mãe o conhecimento acerca dessa circunstância, que é previsto pelas regras linguísticas da língua portuguesa (*EI*). Ele intenciona que seu grito produza essa informação por achar que sua mãe vai reconhecer sua intenção de produzi-lo. E ele intenciona que sua intenção seja reconhecida por saber que sua mãe conhece as regras que regem a frase "o gato morreu".

O significado, neste momento, é a realização de uma intencionalidade, especificamente, intenção por meio de regras. Note que cada passo da produção/entendimento do significado se inicia com o verbo intencionar e termina com uma menção às regras que possibilitam a expressão de tal intenção. É importante reconhecer que Searle não se detém em explicar o que seria a interpretação. Contudo, é possível distinguir o que é a interpretação dos atos de fala nessa definição searliana como o Efeito Illocucionário. Em outras palavras, interpretar um ato de fala é

³ Alguém pode argumentar que é questionável que Carmita de fato queria dizer "assédio" sendo que ela não conhecia a palavra ou o conceito. Na verdade, ela tinha a vivência dela. Ela não sabia, no entanto, que existia um conceito que apontasse para aquela vivência. Ela queria dizer algo que apontasse para sua vivência. Dessa forma, o conceito que ela não conhecia se encaixa naquilo que ela pretendia dizer. Agradecemos aos revisores por nos apontar esse questionamento.

⁴ Não discutiremos aqui a possibilidade da mentira, que parece ir em oposição ao funcionamento descrito na citação. Para uma discussão detalhada sobre a mentira na filosofia da linguagem de Searle, ver Searle (1983, p. 169; 1998, p. 145).

adquirir informações⁵ a partir desse ato. Baseando-nos em (c), tal captação de informações se dá porque o ouvinte reconhece a intenção que levou o falante a enunciar. E o ouvinte é capaz de reconhecer a intenção do falante porque a linguagem é regida por um conjunto de regras.

Então, de forma mais simplista, interpretação seria a realização de (c). Em (c) temos o () reconhecimento da intenção do falante em virtude do () uso das regras convencionais da linguagem. Embora adicionando alguns detalhes, Searle permanece com essa ideia de interpretação não apenas em 1969, mas também em outras duas obras dele (SEARLE, 1983, 1998).

A partir dessa explicação, uma pergunta importante precisa ser respondida: como o reconhecimento de uma intenção pode trazer informações? Para responder essa pergunta é necessário entendermos melhor a teoria da intencionalidade de Searle. Searle (1983, p. 1, tradução nossa) começa seu estudo sobre intencionalidade a definindo: "[...] Intencionalidade é a propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual eles são direcionados a ou acerca de ou de objetos e estados de coisas no mundo".⁶ Nem todos os eventos e estados mentais têm intencionalidade, porém podemos diferenciar os que possuem intencionalidade daqueles que não, pela forma como nos referimos a eles. Os estados e eventos mentais que têm intencionalidade sempre precisam de um complemento quando a eles nos referimos. Exemplo: uma crença sempre é de ou acerca de alguma coisa. A mesma coisa não pode ser dita acerca do estresse, que pode ser mental, mas que não precisa de complemento ao ser referido.

Um estado intencional é composto de duas partes: conteúdo intencional (condições de satisfação) e modo psicológico. Nas duas afirmações a seguir, o conteúdo intencional é o mesmo, mas o modo psicológico diverge: "Creio que está chovendo" e "Espero que esteja chovendo". Em ambos os casos o conteúdo intencional pode ser expresso

com a proposição "há chuva", todavia o modo psicológico da primeira afirmação é de crença em relação a essa proposição e o da segunda é de desejo em relação a essa proposição. Melhor dizendo, ambos os estados intencionais são satisfeitos se houver chuva. Por isso, dizemos que ambos têm as mesmas condições de satisfação. E o conteúdo intencional se define como condições de satisfação.

Em um ato de fala, portanto, o falante tem a intenção de transmitir intencionalidade, isto é, o ato de fala é capaz de passar ao ouvinte informação a respeito do conteúdo intencional e do modo psicológico. O que acontece em um ato de fala, segundo Searle (1983) é a transferência das condições de satisfação de um estado/evento mental para sons (fala) ou rabiscos (escrita). Essa transferência ocorreria de modo semelhante à de uma ação complexa. Digamos que José tenha o objetivo de matar João. José tem uma arma e a aponta para João. José, então, move seu dedo indicador, como se puxasse um gancho, o gatilho é apertado, o projétil é disparado e acerta João, que, então, morre. Muito se tem discutido sobre o que, de fato, é uma ação como no caso de José. Podemos dizer, então, que José matou João ou que ele simplesmente moveu um dedo? Searle responde que isso é determinado pela intencionalidade. Se José tem a intenção de matar João por meio de movimentar seu dedo indicador, que puxaria o gatilho, que dispararia o projétil e que, por fim, acertaria e mataria João, então todo esse processo é uma ação, mas por ter várias etapas, pode ser chamada de ação complexa.

Em uma ação complexa como a descrita acima, o que acontece é uma transitividade de causação e isso ocorre por um acréscimo nas condições de satisfação. Tomando a definição acima de causação intencional, a intenção (x) de matar João é um estado/evento intencional e matar (y) João por meio de mover (k) o dedo indicador que causará (l) o aperto do gatilho, provocando

⁵ Searle usa a palavra "conhecimento", mas entendemos que "informações" seja mais adequado no contexto atual. A palavra "conhecimento" tem implicações epistemológicas hoje em dia que não se encaixam bem com o contexto pretendido pelo autor. Outros, como Floridi (2007), iriam preferir o termo "dados", já que na teoria floridiana da informação semântica esta deve ser verdadeira. O efeito ilocucionário não se limita à obtenção de dados verdadeiros, mas de dados em geral.

⁶ Do original: Intentionality is that property of many mental states and events by which they are directed at or about or of objects and states of affairs in the world.

(m) o disparo do projétil com o objetivo de (n) acertar João com esse projétil está nas condições de satisfação dessa intenção (x). Neste caso, o conteúdo intencional da intenção (x) é um aspecto causalmente relevante sob o qual ele causa a morte (y) de João. Essa transitividade de causalção por meio de um acréscimo nas condições de satisfação ocorre também nos atos de fala.

O mesmo ocorreria na produção de atos de fala. Porém, Searle afirma de maneira mais didática que a enunciação de sons com significado "[...] *impõe condições de satisfação nas condições de satisfação*." (Searle 1998, p. 141, grifo do autor). Assim como numa ação complexa, a condição de satisfação de o projétil acertar João está dentro da condição de satisfação da intenção em ato, o mesmo ocorre em um ato de fala.

A essa intenção de transmitir as condições de satisfação das condições de satisfação, Searle chama de intenção de significado. As intenções de significado têm dois aspectos: a) a intenção de representar e b) a intenção de comunicar (produzir certos efeitos na audiência). É importante para a definição searliana de significado o fato de que a representação é anterior e pode prescindir da comunicação. Isso porque eu posso representar sem ter a intenção de comunicar, mas não posso comunicar sem representação.

Podemos entender o significado em seu aspecto de representação como a intenção de que o enunciado tenha as mesmas condições de satisfação que o estado intencional a ser transferido. Trocando em miúdos, a intenção de representar em um ato de fala é a intenção de que eventos físicos que constituem parte das condições de satisfação desse estado intencional tenham eles mesmos as mesmas condições de satisfação do estado. Isso pode ser exemplificado com a ação complexa da página anterior, na qual eventos físicos têm a mesma condição de satisfação que o estado intencional que o causou: a morte de João. Ambos, o estado intencional e os eventos físicos, só seriam satisfeitos caso João morresse.

Algo semelhante ocorre no aspecto representacional do significado.

No aspecto comunicacional da intenção de significado, a intenção de comunicação é a intenção de que a audiência reconheça que tal ato de fala foi realizado com a intenção de representação. Entretanto, a representação tem primazia sobre a comunicação. Isso permite a possibilidade de mentira ou mesmo de indiferença por parte do falante quanto ao entendimento de sua audiência.

Alguém pode representar algo como sendo o caso mesmo quando ele acredita que não é o caso (mentira); mesmo quando ele acredita que é o caso, mas não é (erro); e mesmo se ele não estiver interessado em convencer ninguém que é o caso ou, de fato, [não estiver interessado] em fazer com que sua audiência reconheça que ele está representando aquilo como sendo o caso (SEARLE 1983, p. 169).⁷

Voltando a definição dada por Searle de significado que apresentamos no começo deste artigo, um ouvinte reconhece a intenção de comunicação e a intenção de representação porque o falante se utiliza de regras. E essas regras que regem os atos de fala são constitutivas. Ou seja, não apenas regem, mas definem, permitem a existência de atos de fala. Elas seguem, como já vimos, o padrão "x conta como y no contexto c". É importante destacar que a aplicação dessas regras ocorre, na maioria das vezes, de maneira automática e inconsciente.

Mas será que toda interpretação depende da mera aplicação de regras convencionais da linguagem? O objetivo deste artigo é responder a essa pergunta, não negando a teoria da linguagem de Searle, porém se valendo da abdução proposta por Peirce como uma forma necessária de raciocínio na interpretação dos atos de fala. Em outras palavras, conforme expomos acima, a interpretação, nesta proposta, se define basicamente como (α) reconhecimento da intenção do falante em virtude do (β) uso das regras convencionais da linguagem. Ou seja, (α) ocorre em

⁷ Do original: One can represent something as being the case even when one believes that it isn't the case (a lie); even when one believes that it is the case, but it isn't (a mistake); and even if one is not interested in convincing anybody that it is the case or indeed in getting them to recognize that one is representing it as being the case.

virtude (β). A seguir, vamos argumentar que, para que (α) ocorra, é necessário mais do que (β).

Não é pretendido defender aqui, por questão de espaço, embora oferecidos alguns caminhos de uma possível defesa, que de fato a interpretação se constitua de (α). Nosso caminho argumentativo é mostrar que (β) não é suficiente para a existência de (α) e apresentar uma outra abordagem em virtude da qual (α) possa emergir; a saber, o uso de regras estratégicas (γ). Assim, vamos apresentar a seguinte proposta: se interpretação é o reconhecimento da intenção do falante, então a interpretação deve ocorrer em virtude do uso de regras convencionais da linguagem, e do uso de regras estratégicas.

Interpretação além das regras constitutivas

O exemplo que vamos utilizar neste artigo, para mostrar que a interpretação depende de algo além das regras constitutivas, é o da metáfora. Primeiro, precisamos estabelecer que nosso apelo às metáforas não se dá porque elas têm algo de especial na linguagem, conforme discutiremos a seguir, mas simplesmente porque elas apresentam, de maneira mais fácil de ser reconhecida, uma falha na definição de interpretação como (α) reconhecimento e (β) aplicação de regras convencionais.

Segundo, não pretendemos dar uma definição formal de metáfora para lidar com a questão apresentada acima. Porém, para ficar mais claro que tipo de exemplos vamos considerar como metáfora, vamos seguir Colston e Gibbs (2017, p. 457); para eles, "[...] metáfora é incrivelmente

variada tanto em suas formas como em suas funções".⁸ Eles fornecem alguns exemplos de como metáforas podem ocorrer. Esses exemplos clarificarão ao leitor o que entendemos por metáfora:

'A é B' ou metáforas de semelhança ('Meu trabalho é uma prisão')
 Metáforas convencionais ('Meu casamento está em frangalhos')
 Metáforas novas motivadas por metáforas convencionais ('O trilho solar da justiça social')
 Metáforas novas não motivadas por metáforas conceituais ('O tempo é uma seta')
 Polissemia ('e.g. a locução verbal 'dar ouvidos' em 'seus amigos não lhe dão ouvidos')
 Metáforas gramaticais
 Provérbios ('A mentira tem perna curta')
 Expressões idiomáticas ('Bater as botas')
 Metáforas XYZ ('Arte é o sexo da imaginação')
 (COLSTON; GIBBS, 2017, p. 457-458).⁹

Tendo reconhecido esses dois pontos, passemos à questão da interpretação das metáforas. Para entender a forma como Searle explica o funcionamento da metáfora, é importante partir do exemplo de sua explicação do sentido indireto.

O sentido indireto ocorre quando o falante diz algo e realmente quis dizer esse algo, embora, ao mesmo tempo, também quis dizer algo além. Os exemplos que Searle (1979) dá são variados, então citaremos apenas um. Quando alguém diz à mesa (a) "Você poderia me passar o sal?", esse alguém realmente quis fazer tal pergunta, mas também, além da pergunta, ela está fazendo um pedido: (b) "Passe-me o sal, por favor". Neste caso, a frase (a) questiona a capacidade do ouvinte de passar o sal para ele. O falante realmente pretende dizer (a) porque a resposta que se espera a essa frase é "sim".¹⁰ Contudo, "sim" não é a única resposta que se espera quando se ouve a frase (a). Isso

⁸ Do original: [...] metaphor is incredibly varied in both its forms and functions.

⁹ Sabendo que algumas das metáforas utilizadas pelos autores funcionam melhor em inglês, optamos por traduzir o sentido da metáfora, mais do que fazer uma tradução literal. Em alguns dos exemplos abaixo, as traduções não serviriam de exemplo para o tipo de metáfora indicado, então utilizamos exemplos da língua portuguesa sem traduzir diretamente o exemplo dos autores. Original em inglês: "A is B" or resemblance metaphors ('My job is a jail'). Conventional metaphors ('My marriage is on the rocks'). Novel metaphors motivated by conceptual metaphors ('The sunlit path of racial justice'). Novel metaphors not motivated by conceptual metaphors ('Time is an arrow'). Polysemy (e.g., the verb 'see' in 'I can't see the point of your argument'). Grammatical metaphors ('The cast drew great applause from the audience'). Proverbs ('Don't let the cat out of the bag'). Idioms ('John blew his stack'). XYZ metaphors ('Art is the sex of the imagination').

¹⁰ Como um dos revisores objetou, é bastante possível que o ouvinte simplesmente passe o sal sem responder "sim" ou "não", o que indicaria que apenas o sentido do falante estaria sendo considerado. No entanto, a possibilidade de resposta "sim", "não" ou "claro" para citar alguns exemplos que ainda façam sentido no contexto, indica que o sentido da frase continua em jogo. Diferentemente de uma metáfora, que veremos a seguir, em que o sentido da frase não faz sentido dentro da enunciação. Neste último caso, ele é, de fato, descartado. Um exemplo para ficar mais claro: João é o único ao alcance do sal na mesa, então José, querendo o sal, diz a ele: "João, você pode me passar o sal?". Suponha que nesse momento, João esteja com as mãos ocupadas passando outro alimento a outra pessoa. Caso João não responda, pode parecer indelicado da parte dele. Normalmente, ele dirá: "Claro! Só um instante.". "Claro", neste caso, indicaria uma resposta afirmativa à pergunta feita (sentido da frase) e "Só um instante" indicaria uma resposta ao pedido feito (sentido do falante).

porque, além do sentido literal de (a), o falante pretende, por meio de (a), produzir um outro significado. No caso, esse outro significado é (b).

Para entender como funcionam esses casos de sentido indireto, Searle (1979) apresenta alguns fatos acerca desses atos de fala. O primeiro fato é que as frases com sentido indireto não têm força imperativa como parte de seu significado. A força imperativa seria um extra que não vem da frase em si. O segundo fato é que essas frases não são ambíguas. Ao contrário, o sentido literal delas está bem claro. O terceiro fato é que, apesar dos dois primeiros fatos, essas frases são convencionalmente usadas com força imperativa. O quarto fato é que essas frases não são jargões, como em "João bateu as botas". Apesar disso, o quinto fato é que elas são idiomáticas, ou seja, são formas convencionadas em que cada língua a utiliza de forma diferente para expressar outra coisa por meio de uma determinada frase inicial. O sexto fato é que essas frases podem ser utilizadas sem o sentido indireto (que podemos chamar de secundário). No caso de "você poderia ficar quieto?", um professor pode dizer isso para um aluno em sala de aula e, com essa pergunta, pedir para que ele fique quieto. Contudo, também pode ser usada por um psicólogo que, ao tentar entender porque um casal briga tanto, pergunta a um dos cônjuges a mesma frase, não com intenção de lhe dar um pedido ou sugestão, porém de tentar entender porque brigam tanto. A pergunta, então, permaneceria no seu sentido literal e a ela não seria acrescentado nenhum sentido.

Assim, chegamos ao sétimo fato: nos casos em que frases como essas são utilizadas como pedidos, elas mantêm o sentido literal, mas a elas é acrescentado um outro sentido. Searle diferencia os dois sentidos da seguinte forma. No caso de (a) temos o *sentido da frase* e no caso de (b) temos o *sentido do falante*.

Baseados no quinto fato, podemos concluir que a separação entre sentido da frase e sentido do falante se dá com base em convenções da língua. E a intenção de significado em uma frase assim ocorreria de modo parecido com o que ocorre numa ação complexa. Assim, teríamos a

seguinte situação: X pronuncia F com a intenção de produzir a representação de Q. Desse modo, X tem a intenção de representação de Q e a realiza por meio da enunciação de F. Portanto, a teoria do significado fica inalterada porque é intenção do falante reproduzir as duas intenções de significado.

Mais uma vez, a interpretação depende de o ouvinte identificar a intenção do falante. Ao ouvir F, o ouvinte identifica o conteúdo intencional dessa frase utilizando as regras convencionais da linguagem, mas também identifica a intenção de representação de Q por meio de F. E isso ele também faz se utilizando regras convencionais da linguagem da enunciação.

O mesmo nem sempre ocorre com a metáfora ou sentido figurado. Nesse caso, o falante diz algo, mas não quer dizer esse algo. A frase enunciada perde seu significado convencional e adquire o significado do falante. Ou seja, assim como no sentido indireto, na metáfora há uma separação entre sentido da frase e sentido do falante. Porém, diferentemente do sentido indireto, na metáfora o sentido da frase não importa e, levando-se em conta intenção de representação (significado) e intenção de comunicação, só existe o sentido do falante.

Assim sendo, um ouvinte interpreta uma metáfora da seguinte forma: primeiro, ele reconhece o conteúdo intencional convencionado do enunciado; segundo, ele percebe uma incongruência entre o que aquela enunciação representaria convencionalmente e o que ele entende ser a intenção do falante; então, em último lugar, ele descarta o significado convencionado e interpreta a frase conforme a intenção de representação do falante (sentido do falante) (SEARLE, 1979).

O problema é que quanto mais nova e original é a metáfora, menos sua interpretação vai depender de regras convencionais da linguagem. Logo, as metáforas servem de contraexemplo à ideia de que interpretação se limita a um raciocínio que aplica as regras constitutivas da linguagem. Alguém poderia argumentar que essa é apenas uma forma derivativa de uso da linguagem, uma forma secundária. E que, por isso, as regras constitutivas da linguagem não se aplicam de maneira direta. Essa ideia se basearia nos três passos descritos

acima pelos quais um indivíduo interpreta as metáforas. Contudo, há uma considerável aceitação entre neurocientistas que não é assim que uma pessoa interpreta linguagem figurada.¹¹

Para demonstrar que a interpretação das metáforas é tão imediata quanto a de frases com sentido literal, Glucksberg, Gildea e Bookin (1982) montaram um questionário no qual os participantes deveriam responder se a sentença que aparecia era literalmente verdadeira ou literalmente falsa. A hipótese seguia o seguinte raciocínio: se a metáfora for processada primeiro como literal e só então como figurada quando o participante da pesquisa ver a frase metafórica, ele primeiro vai indicá-la como literalmente falsa, o que fará com que o tempo de resposta seja mais rápido. Se a metáfora for processada imediatamente como linguagem figurada, então o participante identificaria a frase metafórica, inicialmente, como figurativamente verdadeira e, só então, perceberia que ela era literalmente falsa.

O resultado foi que as sentenças metafóricas demoravam mais para serem respondidas do que as literais, mais tempo até do que linguagem figurada sem sentido. Eles concluíram que os participantes levavam mais tempo para responder a essas perguntas porque as metáforas eram literalmente falsas, embora figurativamente verdadeiras. Assim, o significado figurado não podia ser ignorado, por isso, a demora. O sentido metafórico não seria derivado ou secundário.

Outro estudo mencionado por Glucksberg (2003) analisou o efeito de *priming* semântico em sentenças metafóricas. Os participantes liam frases com metáforas novas a eles como "Jerry soube logo que a solidão era um deserto". Após ler essa frase, os participantes da pesquisa tinham

que responder à pergunta acerca de qual das três palavras que seriam mostradas na tela era da língua inglesa o mais rápido possível. Entre palavras de outras línguas, para a frase acima, foram apresentadas as seguintes: isolado, areia e bigode. "Bigode" era uma palavra-controle que não podia ser acionada por *priming* a partir da leitura da frase anterior. "Isolado" estava relacionado ao significado metafórico e "areia", ao significado literal. Caso o sentido literal fosse indicado pelos participantes significativamente mais rápido que a palavra-controle e a palavra relacionada ao sentido figurado, então, de fato o sentido figurado seria primário por ser processado primeiro. Se, por outro lado, o sentido figurado fosse acionado tão rápido quanto o sentido literal e ambos diferissem significativamente da palavra-controle, então, seria mais uma evidência de que o sentido figurado não é secundário ou derivativo.

Os resultados do estudo demonstraram que tanto palavras relacionadas ao significado literal quanto ao metafórico eram indicadas pelos participantes significativamente mais rápido que a palavra controle, a diferença de velocidade entre os dois era desprezível estatisticamente. Desse modo, o que se conclui é que tanto metáforas quanto sentenças literais são compreendidas em velocidades equiparáveis.

Os dois estudos mencionados acima indicam uma característica muito interessante da linguagem: metáforas não são uma exceção no uso da linguagem. Pelo contrário, quando temos uma frase metafórica do tipo *X é um Y*, ela é processada de modo semelhante ao tipo de predicação (*X é um Y*) numa linguagem literal.¹² E apelar a regras convencionais da linguagem não resolve o problema desse tipo de interpretação das metáforas.

¹¹ É importante ressaltar que Katz (2017) mostra que algumas áreas do cérebro diferentes das envolvidas normalmente em interpretação de frases literais são acionadas na interpretação de alguns tipos de metáfora. Além disso, Colston e Gibbs (2017) apresentam diversos estudos que apontam para o fato de que alguns tipos de metáfora são compreendidos ou processados de modo mais lento que frases literais. Giora (2008), por outro lado, defende que a diferença de processamento não estaria nos opostos literal/metafórico, mas nos opostos saliente/não-saliente (uma diferencial lexical que leva em conta característica do contexto também). Apesar disso, os dois estudos mencionados logo a seguir no texto são paradigmáticos e evidenciam que precisamos repensar a interpretação de metáfora não como sendo algo muito diferente da interpretação da linguagem literal, mas que utiliza de processos semelhantes, automáticos e inconscientes.

¹² Essa é a proposta de Glucksberg (2003), que não é unânime na psicolinguística. Contudo, o ponto que queremos ressaltar é a proximidade do modo de processamento de uma metáfora com o modo de processamento de uma frase literal. E mesmo aqueles que discordam de Glucksberg concordam que existe essa proximidade (cf. JOHNSON, 2008; GIORA, 2008; COLSTON; GIBBS, 2017; KATZ, 2017). Os estudos tendem a discordar ao dizer que essa aproximação não se dá de modo semelhante ao processamento/compreensão de uma preposição e que ambos sejam exatamente a mesma coisa. Mas que a distinção entre processamento/compreensão de linguagem literal e figurada seja clara como pretendia Searle, isso todos eles discordam.

O próprio Searle reconhece isso. Ele reconhece oito princípios de funcionamento das metáforas. Tais princípios, na verdade, são modos possíveis de funcionamento e não regras. Os três primeiros princípios se encaixam em regras constitutivas. O princípio 1, por exemplo, diz: "Coisas que são *P* são por definição *R*. Usualmente, se a metáfora funciona, *R* será uma das salientes características definidoras de *P*"¹³ (SEARLE 1979, p. 107).¹⁴ Um exemplo é "João é gigante", querendo dizer que "João é grande". Já que todo gigante é, por definição, grande, fica fácil fazer essa associação. O raciocínio pode seguir a seguinte linha: premissa 1 "Todo gigante é grande", premissa 2 "João é gigante", logo "João é grande". Assim, como "grande" faz parte do conjunto semântico de "gigante" conforme as regras convencionais ao menos do inglês, idioma original do exemplo, então nesse caso o significado da metáfora pode ser inferido pelo uso das regras convencionais.¹⁵

Contudo, os princípios 4-7 já não se baseiam em regras convencionais da linguagem. O princípio 4, por exemplo, versa: "Coisas que são *P* não são *R*, nem são parecidas com coisas *R*, nem são acreditadas como sendo *R* [...] nós apenas percebemos uma conexão, então *P* é associada em nossas mentes com as propriedades de *R*"¹⁶ (SEARLE 1979, p. 107). Note que a descrição de Searle, aqui simplesmente não estabelece base nenhuma. Ele simplesmente diz que percebemos uma conexão entre *P* e *R* mesmo que

não sejam conceitos semanticamente parecidos ou acreditados como semelhantes. Ele diz que "apenas" percebemos essa conexão. Não há uma proposta de explicação.¹⁷ Johnson (2008, p. 45, grifo do autor) resume o problema de maneira muito interessante:

O problema com essa versão literalista/objetivista da abordagem dos atos de fala é que ela simplesmente não consegue explicar como as metáforas realmente funcionam. Searle entende corretamente que a maioria das metáforas não é baseada em um conjunto subjacente de similaridades literais que poderiam explicar como *P* (em "*S* é *P*") aponta para *R* (em "*S* é *R*") quando ouvimos a enunciação metafórica. Mas Searle não tem uma especificação alternativa para casos que não podem ser baseados em similaridades. Ele certamente deveria reconhecer que sua tentativa final de formular uma regra para certos tipos de metáfora *nem chega a ser uma explicação*.¹⁸

Dessa forma, o erro aparece porque Searle não foi capaz de explicar o funcionamento das metáforas para além do uso de regras convencionais. Por outro lado, os problemas expostos acima não negam que interpretação se dê pelo (α) reconhecimento da intenção do falante em virtude do (β) uso das regras convencionais da linguagem; apenas mostram que tal descrição é insuficiente.

Aliás, Gentner e Bowdle (2008) mostram que metáforas estabelecidas (convencionais) são processadas mais rápido que metáforas recentes. Além disso, EEG deixam evidente que metáforas recentes geram o efeito N400,¹⁹ que indica uma

¹³ Do original: Things which are *P* are by definition *R*. Usually, if the metaphor works, *R* will be one of the salient defining characteristics of *P*.

¹⁴ Esse é um interessante caso de raciocínio dedutivo para a interpretação das metáforas. É possível ver também semelhanças entre alguns dos princípios de funcionamento das metáforas que Searle apresenta na citação acima e relacioná-los tanto à dedução quanto à abdução.

¹⁵ Alguém poderia dizer que não há casos de metáforas que sejam compreendidas com base em regras convencionais. Gentner e Bowdle (2008), no entanto, mostram que metáforas recentes são processadas de maneira mais lenta que metáforas estabelecidas. Além disso, o modo de processamento dos dois tipos é diferente. Enquanto metáforas recentes seriam processadas por *structure-mapping*, metáforas "mortas" seriam processadas como categorização, sendo semelhante ao modo de processamento lexical (que segue as convenções linguísticas – ou seja, as regras convencionais).

¹⁶ Do original: Things which are *P* are not *R*, nor are they like *R* things, nor are they believed to be *R* [...] we just do perceive a connection, so that *P* is associated in our minds with *R* proprieties.

¹⁷ Um exemplo é "Sara é uma pedra de gelo", significando "Sara não tem emoções". Esse exemplo é de uma metáfora já estabelecida culturalmente. Já o famoso soneto de Camões, embora bastante divulgado culturalmente, contém metáforas que não são repetidas constantemente e seguem esse estilo "O amor [...] é ferida que dói e não se sente". Como o ouvinte consegue interpretar tais casos sendo que o sentido do falante ultrapassa as regras convencionais que constituem a linguagem?

¹⁸ Do original: The problem with this literalist/objectivist version of the speech-act approach is that it simply cannot explain how metaphors actually work. Searle correctly sees that most metaphors are *not* based on an underlying set of literal similarities that might explain how *P* (in "*S* is *P*") calls up *R* (in "*S* is *R*") when we hear the metaphorical utterance. But Searle has no alternative specification of the rules for cases that cannot be based on similarities. He must surely recognize that his final attempt to formulate a rule for certain types of metaphors is *no explanation at all!*

¹⁹ Um tipo de pesquisa que alavancou os estudos de psicolinguística foi o Evento Potencial Relacionado ao cérebro (ERP, em inglês). Um ERP é uma série padronizada de desvio de voltagem percebido por exames de eletroencefalograma (EEG). Esse desvio é uma reação a algum estímulo crítico e tem sido utilizado por psicólogos e neurocientistas para estudar o funcionamento da linguagem.

incoerência sintático/semântica, mais comumente que metáforas convencionais (KATZ, 2017). A justificativa é que os dois tipos de metáfora são processados de maneira diferente, sendo as mais estabelecidas processadas de modo lexical, dependente das convenções linguísticas.

Embora a teoria searliana de interpretação das metáforas (SEARLE, 1979) vá de encontro a estudos empíricos recentes, isso não afeta drasticamente sua teoria de interpretação dos atos de fala em geral (SEARLE, 1969). O que vamos fazer a seguir é propor uma nova condição para o reconhecimento da intenção do falante, que vem a ser o que Searle define como interpretação.

Interpretação e abdução

Abdução é um termo criado por Peirce ao propor uma terceira forma de raciocínio, além das tradicionais dedução e indução. O conceito foi desenvolvido ao longo de toda a vida do filósofo. Ele chegou a dar nomes diferentes para o mesmo tipo de raciocínio e, em textos diferentes, atribuiu propriedades contraditórias a esse conceito nascente. Por isso, seria um trabalho de exegese grandiosa, para além do escopo deste artigo, reconstruir a abdução da perspectiva de Peirce. Mas algumas características se destacam e vamos utilizá-las para definir o que é abdução e como ela pode se relacionar com a interpretação de atos de fala.

Um primeiro ponto de destaque a respeito da noção peirciana de abdução é que ela se refere a um processo de formação e seleção de hipóteses. Muitos textos de Peirce repetem isso, sendo um dos principais CP 2.619-644.²⁰ A abdução segue o princípio da economia (CP 5.598), que vamos definir melhor mais à frente. Além disso,

O primeiro começo de uma hipótese e o recebimento dela, se *como uma simples interrogação* ou com qualquer grau de confiança, é um passo inferencial ao qual eu proponho chamar de **abdução**. Isso incluirá uma preferência para qualquer hipótese sobre outras que explicariam igualmente os fatos, desde que essa preferência *não seja baseada em nenhum conhecimento prévio* que sustente a verdade da hipótese nem em nenhum teste, depois de as ter admitido provisoriamente. Eu chamo todas essas tais inferências pelo nome peculiar, abdução, porque sua legitimidade depende, em tudo, de princípios diferentes daqueles de outros tipos de inferência (CP 6.525, grifo do autor, grifo em itálico nosso).²¹

Em outras palavras, o início do processo de seleção de hipóteses pode ser uma interrogação. Especialmente porque não pode haver um conhecimento prévio a respeito da relação entre as premissas. Ao contrário, a abdução justamente estabelece uma relação (hipotética) anteriormente desconhecida ou inexistente (CP 7.36). Isso é visto no princípio 4 mencionado por Searle que vimos anteriormente. Ou seja, isso é visto no funcionamento das metáforas.

Aqui, contudo, precisamos aparar algumas arestas para conseguirmos ter uma definição mais formal do processo abduutivo e, com isso, podermos analisar de forma mais precisa o papel desse processo no funcionamento da linguagem natural. Para tanto, vamos utilizar a proposta de Hintikka (2007) para definir abdução. Distingue-se, por um lado, regras definidoras, que são apenas permissivas, apontando que ações fazer em determinadas circunstâncias, e por outro lado, regras estratégicas, que permitem analisar o valor das ações realizadas. Isso aproxima o processo inferencial de um jogo. A dedução seguiria, tradicionalmente, regras definidoras e sua validade proviria da adequação dos passos inferenciais a essas regras. Já a abdução não teria regras definidoras específicas, mas seria guiada por

Van Berkum (2008) aponta a presença de um ERP denominado efeito N400 que é uma variação na voltagem especialmente na parte de trás da cabeça. Ele aparece de 150 a 250 milissegundos após o estímulo e dura, mais ou menos, 400 milissegundos. Esse efeito demonstra uma reação cerebral a uma quebra de concordância semântica.

²⁰ A forma de fazer referência a textos de Peirce já tradicional na academia consiste numa abreviação do título da obra *Collected Papers* (CP) seguida do número do volume, um ponto e o número do parágrafo. Desse modo, CP 2.619-644 é *Collected Papers*, volume 2, parágrafos 619 a 644.

²¹ Do original: "The first starting of a hypothesis and the entertaining of it, whether as a simple interrogation or with any degree of confidence, is an inferential step which I propose to call **abduction**. This will include a preference for any one hypothesis over others which would equally explain the facts, so long as this preference is not based upon any previous knowledge bearing upon the truth of the hypotheses, nor on any testing of any of the hypotheses, after having admitted them on probation. I call all such inference by the peculiar name, **abduction**, because its legitimacy depends upon altogether different principles from those of other kinds of inference".

princípios de pensamento. Mais especificamente,

Uma regra definidora é válida quando a verdade de sua premissa ou suas premissas garantem a verdade (ou ao menos a alta probabilidade) de sua conclusão. Mas uma regra estratégica não precisa fazer isso para auxiliar os objetivos da investigação. É suficiente para ela guiar à verdade a longo prazo. A resposta para uma questão estrategicamente correta pode não prover qualquer informação que serviria, por si mesma, ao fim último da investigação em questão, mesmo assim ela pode ser instrumental ao descobrir a verdade – por exemplo, ao prover o investigador com a pressuposição de uma questão que ele não poderia ter perguntado sem ela e que auxiliará diretamente a causa da investigação (HINTIKKA, 2007, p. 47).²²

Por não se basear em regras definidoras, seria melhor definir a abdução como a produção de respostas para as perguntas centrais ou tácitas da investigação. Isso está de acordo com as características de uma abdução peirciana. Além disso, explica porque nossa formalização de abdução é tão abrangente: porque depende de regras estratégicas e não necessariamente de regras definidoras.

Uma formalização básica da abdução de Peirce é a clássica falácia da afirmação do consequente:

1. $S \rightarrow P$
 2. P
- $\therefore S$

Essa formalização da abdução leva em conta, contudo, apenas o aspecto da inferência *a posteriori* e da retrodução, que são uma das primeiras e mais básicas definições da abdução que Peirce ofereceu. É claro que essa formalização também se harmoniza com as características da abdução que apresentamos brevemente no começo desta seção, pois a conclusão S é uma explicação possível (mesmo que não decorra logicamente) para a premissa 2 dado que a premissa 1 é verdadeira. Porém, ele não consegue incluir a questão das regras estratégicas que acabamos

de apresentar como necessárias. Magnani (2009) tem uma proposta um pouco mais completa, que consegue lidar melhor com a definição já oferecida. Dado um fato surpreendente S , uma pessoa com um conjunto de conhecimento C não consegue incluir S dentro de C pois ambos não se relacionam (R) e sendo C^* o conjunto de conhecimento C somado ao que pode ser derivado logicamente ou indutivamente dele, S também não se inclui em C^* , essa pessoa precisa formular uma hipótese H que não pertença a C nem C^* , mas que, quando incluída em C permita a inclusão de S no conjunto C .

S	(fato 1)
$\neg(R(C \wedge S))$	(fato 2)
$\neg(R(C^* \wedge S))$	(fato 3)
H	(formulação da hipótese)
$H \notin C$	(Regra da novidade da hipótese)
$H \notin C^*$	(Regra de diferenciação da abdução)
$H \rightarrow R(C \wedge (H)S)$	(Princípio da coerência)
$\therefore H$	

Podemos perceber que essa proposta se casa muito bem com nossa definição preliminar. H explica S ao estabelecer uma relação entre o fato surpreendente e o conjunto de conhecimentos já estabelecido. As duas regras apresentadas aqui são necessárias para afirmar que, de fato, H provém de uma abdução. A regra da novidade da hipótese foi brevemente mencionada no começo desta seção, através da qual Peirce indica que a abdução não deve se basear em informações anteriores e deve ampliar o conhecimento, ou gerar novas ideias. A regra da diferenciação da abdução tem o objetivo de distinguir a abdução de um processo dedutivo ou indutivo. Por fim, a abdução deve ser conduzida por regras estratégicas e o princípio da coerência é uma dessas regras. Como dito anteriormente, Peirce acrescenta o princípio da economia na abdução. A economia é o princípio que permite a escolha da hipótese (ou melhor explicação) sem recorrer a testes. Lembrando que essa hipótese ainda

²² Do original: A definitory rule is valid when the truth of its premise or premises guarantees the truth (or at least the high probability) of its conclusion. But a strategic rule need not do so in order to further the aims of inquiry. It suffices for it to lead to truth in the long run. The answer to a strategically correct question might not provide any information that would by itself serve the ultimate end of the inquiry in question, yet might be instrumental in finding out the truth – for instance, by providing the inquirer with the presupposition of a question that the inquirer could not have asked without it and that will directly further the cause of the inquiry.

pode ser falsa, mas é a melhor porque viabiliza a continuidade da investigação. Para formalizar esse princípio, vamos apresentar a seguinte definição: uma hipótese (H) passa pelo princípio da economia (ϵ) se e somente se o número de dados (nD) dela for menor que o número de dados (nD) de outras hipóteses H^n .

$$(\epsilon \rightarrow H) \leftrightarrow (nDH < nDH^n)$$

Eco (1984) defende três princípios que regem a escolha de uma hipótese: 1) capacidade explicativa diante de dados já conhecidos (que já foi apresentada na formalização através do Princípio da coerência); 2) economia; e 3) não-contradição (a hipótese não pode se autocontradizer, caso contrário, perderia seu poder explicativo). Neste caso,

$$H \rightarrow \neg(H \wedge \neg H)$$

Esse princípio é necessário porque uma contradição não é informativa (FLORIDI 2007; ALONSO 2012) e a hipótese, por trazer uma nova explicação, precisa, por sua vez, ser informativa. Por isso, precisamos acrescentar dois princípios à proposta de Magnani (2009).

S	(Fato 1)
$\neg(R(C \wedge S))$	(Fato 2)
$\neg(R(C^* \wedge S))$	(Fato 3)
H	(Formulação da hipótese)
$H \rightarrow \neg(H \wedge \neg H)$	(Princípio da não-contradição da hipótese)
$H \notin C$	(Regra da novidade da hipótese)
$H \notin C^*$	(Regra de diferenciação da abdução)
$H \rightarrow R(C \wedge (H)S)$	(Princípio da coerência)
$(\epsilon \rightarrow H) \leftrightarrow (nDH < nDH^n)$	(Princípio da economia)
$\therefore H$	

Tanto Hintikka quanto Peirce defenderam o papel do questionamento no processo abduutivo. Para satisfazê-los, alguém poderia inserir antes da formulação da hipótese uma pergunta a respeito de S. Contudo, para seguir o princípio da economia, vamos considerar os fatos (1) a (3) como a formulação de um questionamento,

a formulação da hipótese como equivalente à proposta de uma resposta a esse questionamento e os princípios como os motivos para selecionar uma resposta e não outra.

Peirce parece propor que a abdução esteja envolvida em todo o funcionamento da linguagem natural. Porém, vamos analisar a seguir apenas a questão da compreensão. Quando um ouvinte entra em contato com um ato de fala, ele está diante de um fato novo por dois motivos: primeiro, como Chomsky (2018) declara, as possibilidades de construção da linguagem através de caracteres finitos são infinitas e, segundo, mesmo que a sequência de sons (fala) ou sequência de grafos (escrita) seja conhecida, o contexto em que aparecem é sempre novo. Esse fato novo precisa se encaixar no contexto e, para isso, o ouvinte hipotetiza um conteúdo intencional do ato de fala que encaixe o ato ao contexto maior. O conteúdo intencional hipotetizado pelo ouvinte, tradicionalmente, passará pelos três princípios estabelecidos anteriormente.

Em outras palavras, Searle havia defendido o papel das regras constitutivas para a interpretação dos atos de fala. Por serem regras do tipo "X conta com Y no contexto C", as regras constitutivas nada mais são do que um tipo de regra regulativa na definição de Hintikka (2007). O que Searle negligenciou, e por isso identificamos lacunas em seu modelo de interpretação, é justamente a presença de regras estratégicas. E ao menos três dessas regras estratégicas constituem o que estamos chamando de abdução. Diante dessa perspectiva, a interpretação depende do conhecimento das regras convencionais da língua mais a utilização da abdução, a saber, de regras estratégicas específicas.

Especialmente no caso das metáforas que funcionam dentro dos princípios 4 a 7, a abdução se mostra importante. É necessário estabelecer relações que não foram definidas pelas regras constitutivas da linguagem. Dentro do contexto (princípio da coerência) e utilizando menos dados que outras interpretações (princípio da economia) essas relações são vistas como as melhores possíveis.

A importância do contexto é ressaltada por muitos estudos de psicolinguística²³ (GLUCKBERG,

²³ Os exemplos que aparecem no texto são todos de metáfora, mas Van Berkum (2008) mostra, através do efeito N400 que o contexto

2003; GENTNER; BOWDLE, 2008; COLSTON; GIBBS, 2017). Por exemplo, Colston e Gibbs (2017) apresentam um estudo de processamento de leitura e audição de metáforas. Quando os participantes do estudo tinham informações contextuais (texto completo, informações sobre o contexto social de determinada fala e mesmo informações sobre o autor) eles processavam a metáfora mais rapidamente. Outro estudo apresentado por eles mostra que se um texto segue uma linha metafórica relacionada a um conceito, os participantes processam a metáfora mais rapidamente do que quando há mudança no conceito metafórico do texto (COLSTON; GIBBS, 2017). Gentner e Bowdle (2008) defendem que metáforas são compreendidas por meio de *structure-mapping*, e que essas estruturas combinam informações lexicais e contextuais. Eles hipotetizaram que, caso houvesse uma mudança contextual que afetasse a estrutura de compreensão da metáfora, levaria mais tempo para que ela fosse compreendida. E os testes mostraram que a hipótese estava certa. Mesmo Giora (2008), cuja tese implica que características lexicais sejam mais importantes que o contexto, não nega a importância do contexto.

Já o princípio da economia precisa de mais evidência empírica. Ainda assim, temos pistas de que ele pode ser defendido. Glucksberg *et al.* (2001) realizaram um experimento envolvendo *priming* em que propriedades (irrelevantes) do veículo²⁴ que não se relacionavam diretamente ao tópico e propriedades aleatórias não evidenciavam qualquer aumento na velocidade de compreensão da metáfora. Por outro lado, propriedades do veículo que se relacionavam de modo mais direto ao tópico proporcionavam esse aumento na velocidade de compreensão. Colston e Gibbs (2017)

também mencionam estudos que apontam para o princípio da economia. A saber, características lexicais irrelevantes não são consideradas na interpretação de metáforas. Giora (2008, p. 150) admite que há supressão de informações lexicais salientes numa metáfora quando o contexto é disruptivo.²⁵ Essa supressão de informações para indicar que, de fato, o princípio da economia se faz presente na interpretação das metáforas. Mas esses estudos são apenas uma pista de que isso está acontecendo. Afinal, o princípio da economia favorece a hipótese coerente que tiver o menor número de dados, o que não equivale aos resultados que acabamos de apresentar de que alguns dados são desconsiderados. Mas, ao menos, parece apontar para isso.

Utilizando o exemplo de "Sara é uma pedra de gelo", dizer que essa metáfora significa que Sara tem ponto de fusão a zero grau Celsius não é coerente com o contexto. Também dizer que assim como o gelo tem sua existência modificada a zero grau para outro estado físico, a metáfora está dizendo que quando Sara morrer, ela vai ser modificada a outro estado mental é acrescentar dados demais. A interpretação que parece mais adequada é que assim como no gelo, o calor é pouco sentido, e nos seres humanos, é senso comum que as emoções dão a sensação de calor (a raiva, a ansiedade, a paixão),²⁶ então dizer que Sara é uma pedra de gelo significa que ela transmite pouca emoção. Poucos dados foram acrescentados e a hipótese faz sentido dentro do contexto.

Portanto, é plausível defender que parece haver o uso de regras estratégicas na interpretação de metáforas. O mesmo pode ocorrer na interpretação de sentenças literais.²⁷ Por isso, propomos que, caso interpretação seja o reconhecimento

também é essencial para a compreensão da linguagem literal. Quando uma palavra ou colocação gramatical se destoava do contexto de uma frase, o efeito N400 aparecia. Em um dos testes, mostraram aos participantes uma história em quadrinhos (HQ) que contava o romance de um amendoim, não houve detecção de incômodo semântico com a frase "o amendoim está apaixonado", mas o efeito apareceu quando, em outros participantes, a frase dizia: "o amendoim está salgado". Em um estudo de *priming*, "amendoim" proporcionava uma resposta mais rápida na leitura da palavra "salgado" do que da palavra "apaixonado". O efeito também aparece quando há incoerência entre o que está sendo dito por alguém e informações que o ouvinte tem sobre o falante. Por exemplo, quando alguém que o ouvinte sabia que não gostava de azeitonas dizia "eu gosto de azeitonas". Isso evidencia algo que apresentamos na segunda seção deste artigo: a interpretação da linguagem natural e das metáforas não tem uma distinção clara e evidente de processamento.

²⁴ Tópico e veículo são as duas partes de uma metáfora do tipo "X é Y". No caso de "o amor é flor", "o amor" é o tópico e "flor" é o veículo.

²⁵ Há também um debatido estudo que aponta para a inibição e supressão de informações lexicais irrelevantes na interpretação de metáforas feito por Hasson e Glucksberg (2006). Contudo, seus resultados não têm sido satisfatoriamente repetidos em outros testes.

²⁶ Lakoff e Johnson (2003), Johnson (2008) e Lakoff (2008) defendem a proposta conceitual das metáforas. Segundo essa ideia, há metáforas conceituais (ou primitivas) que dependem da relação do corpo com o mundo. No caso de Sara, acima, o que a metáfora faz é associar o conceito metafórico de que afeto é calor (já que em nossas relações corporais de afeto, há a sensação de calor) ao gelo, em que esse calor é pequeno, indicando falta de afeto.

²⁷ Ver nota de rodapé 12.

da intenção do falante (α), então a interpretação deve ocorrer em virtude do uso de regras convencionais da linguagem (β). Mas o uso de regras convencionais da linguagem é incapaz de lidar com características da linguagem que não dependem delas como as metáforas. O uso de regras estratégicas como o princípio da coerência e o princípio da economia, por outro lado, pode estar presente na interpretação de metáforas (e em linguagem natural), o que nos leva a supor que (α) dependa de algo a mais que (β), a saber, o uso de regras estratégicas (γ). Mais uma vez, é importante ressaltar que a aplicação dessas regras, tanto constitutivas quanto estratégicas, ocorre, em boa parte das vezes, de maneira automática e inconsciente.

Considerações finais

Finalmente, se interpretação é (α) o reconhecimento da intenção do falante, então a interpretação deve ocorrer em virtude do (β) uso de regras convencionais da linguagem e do (γ) uso de regras estratégicas. É possível que outras regras estratégicas sejam evidenciadas no processo de interpretação. Também é possível que, se interpretação for de fato (α), algo além de (β) e (γ) seja necessário para que ela ocorra, o que não nos permite concluir que essa definição apresentada aqui seja suficiente. Porém, considerando as evidências apresentadas, parece plausível propor que, caso interpretação seja (α), então (β) e (γ) devem ser pelo menos consideradas condições necessárias para interpretação.

Referências

ALONSO, Bernardo. A tese da veracidade na teoria da informação fortemente semântica de Floridi e o paradoxo de Bar-Hillel-Carnap. *Veritas*, Porto Alegre, v. 57, n. 2, p. 123-142, 2012.

COLSTON, Helbert; GIBBS, Raymond Jr. Metaphor processing. In: SEMINO, Elena; DEMJÉN, Zsófia. *The Routledge handbook of metaphor and language*. New York: Routledge, 2017. p. 457-472.

CHOMSKY, Noam. *Estruturas sintáticas*. Petrópolis: Vozes, 2018.

ECO, Umberto. *Semiótica e filosofia da linguagem*. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

FLORIDI, Luciano. In defense of the veridical nature of semantic information. *European Journal of Analytic Philosophy*, Rijeka, v. 3, n. 1, p. 31-41, 2007.

GENTNER, Dedre; BOWDLE, Brian. Metaphor as structure-mapping. In: GIBBS, Raymond. *The Cambridge handbook of metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 109-128.

GIORA, Rachel. Is metaphor unique? In: GIBBS, Raymond. *The Cambridge handbook of metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 141-160.

GLUCKSBERG, Sam. The psycholinguistics of metaphor. *Trends in Cognitive Science*, Amsterdam, v. 7, n. 2, p. 92-96, 2003.

GLUCKSBERG, Sam; GILDEA, Patricia; BOOKIN, Howard. On understanding nonliteral speech: can people ignore metaphors? *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, Amsterdam, v. 21, p. 85-98, 1982.

GLUCKSBERG, Sam; NEWSOME, Mary; GOLDBERG, Yevgeniya. Inhibition of the literal: filtering metaphor-irrelevant information during metaphor comprehension. *Metaphor and Symbol*, London, v. 16, n. 4, p. 277-293, 2001.

HASSON, Uri; GLUCKSBERG, Sam. Does understanding negation entail affirmation? *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 38, p. 1015-1032, 2006.

HINTIKKA, Jaakko. *Socratic epistemology: explorations of knowledge-seeking by questioning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

JOHNSON, Mark. Philosophy's debt to metaphor. In: GIBBS, Raymond. *The Cambridge handbook of metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 19-52.

KATZ, Albert. Psycholinguistic approaches to metaphor acquisition and use. In: SEMINO, Elena; DEMJÉN, Zsófia. *The Routledge handbook of metaphor and language*. New York: Routledge, 2017. p. 457-471.

LAKOFF, George. The neural theory of metaphor. In: GIBBS, Raymond. *The Cambridge handbook of metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 17-38.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

MAGNANI, Lorenzo. *Abductive cognition: the epistemological and eco-cognitive dimensions of hypothetical reasoning*. Berlin: Springer, 2009.

MAITRA, Ishani. The nature of epistemic injustice. *Philosophical books*, New Jersey, v. 51, n. 4, p. 195-211, 2010.

PEIRCE, Charles Sanders. (CP) *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. 8 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1931-1958. 8 v.

SEARLE, John R. *Speech Acts: an essay in the philosophy of language*. New York: Cambridge University Press, 1969.

SEARLE, John R. *Expression and meaning: studies in the theory of speech acts*. New York: Cambridge University Press, 1979.

SEARLE, John R. *Intentionality: an essay in the philosophy of mind*. New York: Cambridge University Press, 1983.

SEARLE, John R. *Mind, language, and society: philosophy in the real world*. New York: Basic Books, 1998.

VAN BERKUM, Jos. Understanding sentences in context: what brain waves can tell us. *Current directions in Psychological Science*, Thousand Oaks, v. 17, n. 6, p. 376-380, 2008.

Bernardo Alonso

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil e pela University of Hertfordshire (UF), Hertfordshire, Reino Unido; mestre em filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil; professor associado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá, MT, Brasil.

José Carlos Camillo

Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia, GO, Brasil; mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá, MT, Brasil; bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Goiás (FAPEG), em Goiânia, GO, Brasil.

Endereço para correspondência

Bernardo Gonçalves Alonso

Universidade Federal do Mato Grosso

Coordenação do Programa de Pós-graduação em Filosofia

Av. Fernando Corrêa da Costa, 2367

Bairro Boa Esperança, 78060-900

Cuiabá, MT, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.